



ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE
TAMOIÓS

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2011

Março 2011



Ministério do
Meio Ambiente



Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade:

- Rômulo Mello

Diretor de Unidades de Conservação de Proteção Integral:

- Ricardo Soavinski

Coordenador Regional Sudeste:

- Marcelo B. Pessanha

Chefe da Estação Ecológica Tamoios:

- Régis Pinto de Lima

Equipe:

- Adriana Nascimento Gomes - Analista Ambiental – Chefe Substituta
- Maria Jorge Pereira – Técnica Administrativa
- Régis Pinto de Lima – Analista Ambiental
- Sílvia Silva Peixoto Amorim – Analista Ambiental
- Sylvia Chada – Analista Ambiental (set-dez)

ESEC TAMOIOS

BR 101 km 531,5 – Mambucaba- Paraty/RJ. CEP 23.970-000

TEL/FAX: (24) 3362-9885/3362-33433 - Email: esec.tamoios@icmbio.gov.br

ÍNDICE

	Página
1. DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO	4
AÇÕES INTERNAS	8
2. PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO	8
2.1. INFRA-ESTRUTURA	9
2.1.1. RECURSOS HUMANOS ICMBio	9
2.1.2. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	9
2.1.3. PROGRAMA DE ESTÁGIO E VOLUNTARIADO	10
2.1.4. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10
2.1.5. RECURSOS FINANCEIROS (UAAF Teresópolis)	11
2.1.6. REC. FINANCEIROS (SUPRIMENTO DE FUNDOS)	11
2.1.7. RECURSOS FINANCEIROS – TICKET CAR	12
2.1.8. DIÁRIAS	12
2.1.9. PASSAGENS AÉREAS	12
2.1.10. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	13
2.1.11. PATRIMÔNIO	14
2.1.12. SEDE FUNCIONAL	15
2.1.13. VEÍCULOS	15
2.1.14. EMBARCAÇÕES	15
2.2. CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL	16
2.3. SINALIZAÇÃO	18
2.4. CONSELHO CONSULTIVO	18
3. PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO	19
3.1. SISBIO	20
3.2. RAPPAM	21
3.3. CNUC	21
3.4. NEXUCS	21
3.5. PREPS	21
3.2. MONITORAMENTO DAS ATIV. HUMANAS	22
4. PROGRAMA DE PROTEÇÃO E MANEJO.	23
4.1. OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	23
4.2. AUTOS DE INFRAÇÃO E TERMOS DE EMBARGO	25
4.3. NOTIFICAÇÕES EMITIDAS	25

4.4. INFORMAÇÕES TÉCNICAS – ÁREA UC	25
4.5. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	26
4.7. APOIO AO MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES	26
5. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	27
5.1. SEDE DA UC	27
5.1.1. CURSOS DE CAPACITAÇÃO	27
5.1.2. OUTRAS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SEDE	30
5.2. ÁREA DA UC	31
AÇÕES EXTERNAS	31
6. PROGRAMA DE CONTROLE E PROTEÇÃO AMBIENTAL	31
6.1. INFORMAÇÕES TÉCNICAS - ZONA DE AMORTECIMENTO	31
7. PROGRAMA DE CONHECIMENTO	32
7.1. MAPEAMENTO DOS LIMITES DA UC	32
7.2. CENTRO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	34
7.3. PROJETO CORAL SOL	34
8. PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO	36
8.1. CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO	36
8.2. OUTROS EVENTOS EDUCATIVOS/INFORMATIVOS EXTERNOS	38
9. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO EXTERNA	38
9.1. CONSELHOS	38
9.2. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	38
9.3. EVENTOS NA SEDE/ AUDITÓRIO	39
10. PROGRAMA DE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO	39
10.1. ILHA DO CATIMBAU	40
10.2. PROJETOS DE DISPOSITIVOS ANTI-ARRASTOS	40
11. RECOMENDAÇÕES PARA 2012	41
ANEXOS	43

RELATÓRIO DE GESTÃO ano 2011

1. DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO

A Estação Ecológica de Tamoios é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral composta por um conjunto de 29 ilhas, ilhotas, lajes, rochedos e seus respectivos entorno marinhos e parciais no raio de 1 km, distribuídos de forma descontínua na Baía de Ilha Grande – área considerada de importância extrema para conservação da biodiversidade brasileira. A UC possui uma área total de 8.700 ha, sendo 8.400 ha de área marinha. Sua Sede Administrativa está localizada no continente, no KM 531,5 da BR 101, no distrito de Mambucaba, distante de 45 km de Paraty (município sede) e 50 km de Angra dos Reis.

Este Relatório de Gestão da ESEC Tamoios tem por finalidade disponibilizar as informações geradas pela equipe quanto à execução de Ações, Programas e Atividades vinculadas ao processo de implantação desta Unidade federal no exercício 2011. Como forma de organização, este Relatório segue o Índice do Plano de Manejo¹ quanto as suas Ações e quanto aos seus Programas.

Podem-se destacar algumas destas Ações, Programas ou Atividades apenas para sintetizar aquelas que, de alguma forma, pesaram mais ou menos no desempenho de um todo.

¹ “... o Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. O Plano de Manejo especifica cada Programa e Subprograma necessários para a implementação das UCs”. SNUC (MMA, 2000)

Na operacionalização do dia-a-dia da Unidade para cumprir suas rotinas, a ausência de pelo menos um Analista Administrativo gerou uma carga extra de trabalho à equipe, tendo à equipe de Analistas, assumido todas as rotinas administrativas mensais da UC até julho, quando houve a contratação de um estagiário de nível médio que assumiu muitas destas funções. Ressalta-se a grande distância da unidade de apoio administrativo/financeiro (UAAF/Teresópolis) da Sede da ESEC. Apenas um pedido de compra foi encaminhado a UAAF (junho) para compra de uma embarcação, com recurso de Compensação Ambiental, processo este que ainda não foi concluído, pois o pregão eletrônico não obteve sucesso.

A Unidade teve sua situação regularizada quanto à demanda de material de expediente devido ao contrato nacional com a empresa *BR Supply*. O Suprimento de Fundos foi o recurso que atendeu parcialmente à demanda de materiais diversos e manutenção de equipamentos, sendo utilizado para pequenas despesas da UC. Os aportes de equipamentos e da nova linha telefônica foram providenciados diretamente pelo ICMBio/DIPLAN-DF. O atendimento a reuniões, caso de *Coffee Break*, foi realizado pelo Contrato com a empresa *Italian Alimentos*, ressalva feita às poucas opções que existem no comércio vizinho à Unidade e a demora no pagamento dos fornecedores.

A indisponibilidade de utilização da lancha *ESEC Tamoios* (26´) que teve seu motor avariado em dezembro de 2009, sem solução pelo processo licitatório de contratação de serviços pela Eletronuclear, desde então (2010 e 2011), impediu à equipe técnica da UC de desenvolver importantes ações finalísticas. Citando apenas as mais urgentes e programadas, como as vistorias às ilhas, a continuidade a Atividade de Monitoramento de Atividades Humanas, operações de fiscalização, a definição dos limites marinhos e continental-costeiros, além do não atendimento as pesquisas aprovadas no SISBIO e que contavam com a embarcação da UC para desenvolvimento dos Projetos. O aluguel de outra embarcação por duas vezes e em dias corridos pouco adiantou para uma equipe tão pequena, com apenas um agente de fiscalização, que não tem condições de atender as saídas de campo de forma contínua em curto espaço de tempo. Em agosto ocorreu a contratação (UAAF/Teresópolis) de um Marinheiro Auxiliar de Convés e a entrega da

embarcação de 19' - 115 HP (*ESEC Tamoios II*) e retomaram-se as saídas de monitoramento. Logo foi possível observar que esta pequena embarcação não oferece condições de atuação em atividades de fiscalização devido à pequena carga de peso e espaço reduzido quando de uma equipe maior a bordo.

Muito esforço foi dedicado a Condicionante 2.31 da LP 279/2008 relacionada ao processo de licenciamento ambiental de Angra 3. Esta Condicionante determina que a Eletronuclear deverá "...assumir a manutenção e custeio da ESEC Tamoios e do PNSB...". Durante todo o ano de 2011 houve tentativas por parte das chefias da ESEC Tamoios e do PNSB para o atendimento pela Eletronuclear da assinatura do Convênio com o ICMBio. Mesmo com o Parecer N^o22/2011/COEND/DILIC/IBAMA (25/05/11) e ofício (Anexo 2) pela Eletronuclear (P-200/11) ao ICMBio, IBAMA e MMA da concordância do atendimento a Condicionante, o Parecer N^o360/2011/AGU/PGF/PFE-ICMBio (Anexo 3) imobilizou esta importante fonte de recursos para implantação do Programa de Operacionalização (Plano de Trabalho ESEC Tamoios, 2010). Em 2011 a Eletronuclear arcou apenas com custos de energia elétrica e telefone (uma linha) e na execução de recursos de compensação ambiental ainda do Depósito de Rejeitos Radioativos 3, sendo que dos materiais solicitados (R\$ 11.000,00) apenas 2/3 foram adquiridos.

Merecedor de menção são os esforços que a UC tem feito para que a Marinha do Brasil inclua nas cartas náuticas da região a localização e demarcação da ESEC Tamoios, sendo hoje um dos principais problemas que a equipe enfrenta quando nas atividades no mar devido ao grande número de embarcações (turismo, lazer e pesca) fundeadas no interior da UC. Desde 2009 que são feitas gestões e disponibilização de documentos junto a Capitania dos Portos em Angra dos Reis, mas até o momento o objetivo não foi efetivado.

Por sua vez houve um pequeno, mas significativo avanço quanto à regularização fundiária da porção insular da UC com a titularidade oficial do SPU ao MMA de sete (07) das 29 ilhas. Isto se deve ao excelente trabalho documental da equipe da ESEC Tamoios desde 2007 e do apoio do MPF/AR em 2010. É de extrema importância para implantação da Unidade de Conservação e para o reconhecimento público de sua função ambiental, que as

outras ilhas também sejam titularizadas ao MMA uma vez que seis (06) ainda possuem construções de moradia e veraneio, como a ilha do Catimbau que possui restaurante funcionando normalmente. Destaca-se no Plano Estratégico que todas as ilhas de Paraty (63) são parte integrante da APA Cairuçu desde 1983, anterior a criação da ESEC Tamoios, sendo, portanto crível a atuação conjunta nesta fundamental Ação para efetiva implantação das duas UCs.

A partir da priorização da área de atuação da reduzida equipe, destaca-se a inserção da ESEC Tamoios nos processos de licenciamento ambiental estadual das estruturas industriais e portuárias em sua zona de amortecimento, Baía da Ilha Grande (exemplos: BRASFELS, TECNIP). A participação da UC, subsidiando a Autorização por parte da CR8/ICMBio, tem sido de avaliar os possíveis impactos ambientais à UC e indicar a importância de programas de monitoramento, sempre no contexto da existência de uma área protegida marinha e insular na BIG. Neste sentido, destaca-se a Autorização Direta 021/2011 (Programa de Monitoramento Ambiental/Eletronuclear).

Cabe destacar que além de introduzir Condicionantes relativas ao monitoramento ambiental nos processos de licenciamento destes empreendimentos, no intuito de conhecer melhor o impacto destes empreendimentos, iniciou-se a execução da primeira campanha de informação/divulgação da Unidade de Conservação na região da Baía da Ilha Grande. Foram produzidos materiais de divulgação e de sinalização com qualidade e que estão sendo muito importantes para implantação da Unidade.

Este foi o segundo ano de gestão do chefe da ESEC Tamoios, Dr. Oceanografia Régis Pinto de Lima. Atualmente, a equipe desta importante UC marinha é restrita a três Analistas Ambientais e uma Técnica Administrativa que tem sua aposentadoria prevista para março de 2012. Mesmo com o retorno da analista ambiental Sylvia Chada a partir de outubro, esta ainda teve 80% de sua atuação junto a CR8 e ao macroprocesso Socio-Ambiental. Ressalta-se novamente que este é um dos grandes problemas para implementação desta UC, sendo emergencial a lotação de pelo menos dois Analistas Ambientais/Fiscais e um servidor para área administrativa, além de serviços terceirizados (secretária, serviços gerais, etc.).

AÇÕES INTERNAS

2. PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO

O Programa de Operacionalização tem o objetivo de garantir a funcionalidade da UC, fornecendo infra-estrutura e apoio logístico para o desenvolvimento dos outros programas. São citadas as seguintes Ações Gerenciais para este Programa:

1. Regularizar a situação fundiária das porções terrestre e marinha da Estação Ecológica Tamoios.
2. Solicitar a revisão do Decreto de Criação da Estação Ecológica com o objetivo de: alterar as coordenadas das ilhas, sugerindo a substituição das atuais por apenas um par de coordenadas por ilha localizando seu centro geodésico; incorporar explicitamente os entornos marinhos; incorporar parcéis, ilhas e ilhotas situadas no interior da Estação Ecológica após cessão de uso pelo SPU.
3. Sinalizar a Estação Ecológica Tamoios.
4. Divulgar o limite da unidade junto à capitania dos Portos.
5. Adquirir os equipamentos necessários ao pleno funcionamento da Estação Ecológica Tamoios.
6. Dotar a Estação de pessoal necessário para o bom atendimento aos seus objetivos.
7. Contratar serviços de limpeza e manutenção para as instalações da Estação Ecológica Tamoios.
8. Elaborar o regimento interno da UC contemplando as recomendações do Plano de Manejo.
9. Garantir o cumprimento das disposições constantes na Instrução Normativa que trata da utilização da imagem da Unidade de Conservação.
10. Implantar o Conselho Consultivo da Estação Ecológica.
11. Providenciar o recolhimento adequado de todo o lixo retirado da UC.
12. Dotar a unidade de conservação de infra-estrutura necessária para o atendimento dos seus objetivos.

2.1. INFRA-ESTRUTURA

2.1.1. Recursos Humanos:

Nome	Função	Formação
1. Adriana Nascimento Gomes	Analista Ambiental, chefe substituto da UC	Bióloga Marinha, MSc.
2. Maria Jorge Pereira	Técnica Administrativa	Sem instrução-
3. Régis Pinto de Lima	Analista Ambiental, chefe da UC	Oceanólogo, DSc.
4. Sílvia Silva Peixoto Amorim	Analista Ambiental	Bióloga
5. Sylvia Chada (Anexo 1)	Analista Ambiental (set-dez)	Eng. Agrônoma - MSc

2.1.2. Terceirizados:

Nome	Função	Observação
1. Flávio Ovidio	Vigilante	Contrato Quality – UAAF/Teres.
2. Elson	Vigilante	Contrato Quality/UAAF
3. Luis Mendes	Vigilante	Contrato Quality/UAAF
4. Adelino de O. Castro	Vigilante	Contrato Quality/UAAF
5. Jaci Reis dos Santos Matos	Limpeza	Eletronuclear
6. Cosme Venâncio da Silva	Jardinagem	Eletronuclear
7. Carlos Pompei	Marinheiro Auxiliar de Convés	Contr. AV2/UAAF (ago-dez)

2.1.3. Programa de Estágios e de Voluntariado - Linha Temática: Gestão Sócio Ambiental

Nome	Função	Período
Carlos Henrique Peixoto	estagiário	11/06/11 à 2011 à 30/11/11
Luana Oliveira de Araújo	voluntário	Selecionado em 12/11
Deise Afonso de Jesus Mota	voluntário	Selecionado em 12/11
João Victal	voluntário	Selecionado em 12/11
Luana Oliveira de Araújo	voluntário	Selecionado em 12/11
Alexandre Silva	voluntário	Selecionado em 12/11
Rodrigo Diaz	voluntário	Selecionado em 12/11
Fabício Correa Siqueira	voluntário	Selecionado em 12/11

2.1.4. Cursos/Eventos de Capacitação dos Servidores:

Servidor	Curso/Evento	Período/Local
Adriana Nascimento Gomes	Curso de Armamento e Tiro	31/03 a 10/04 ACADEBIO
Régis Pinto de Lima e Adriana Nascimento Gomes	Curso de piloto e tripulante para embarcações do Serviço Público	24-28/10 Del. Capitania dos Portos de Angra dos Reis/RJ
Régis Pinto de Lima e Adriana Nascimento Gomes	Seminário Gestão de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas da América Latina	22-24/11 PESM – Núcleo Picinguaba/SP



Figura 1 Curso para piloto de embarcações oficiais

2.1.5. Recursos Financeiros (UAAF – Teresópolis/RJ):

Solicitações feitas a UAAF em 2011	Processo	Recurso R\$
Compra lancha motorizada	Pregão Eletrônico – Sem vencedor - Refazer TR	186.000,00 – Compensação Ambiental
Serviços de Vigilância		dados não disponíveis na UC
Telefonia (01)		dados não disponíveis na UC
Marinheiro (MAC)		dados não disponíveis na UC

2.1.6. Recursos Financeiros (Suprimento de Fundos):

SUPRIDO	Quantidade	Valor Total
Adriana Nascimento Gomes	1 (um)	R\$ 3.400,00
Régis Pinto de Lima	1 (um)	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 5.400,00

2.1.7. Recursos Financeiros – Ticket Car:

FONTE DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	Valor Total R\$
Serviços de manutenção	* Revisão geral 03 veículos	* procedimentos administrativos não realizados
Combustível e lubrificantes - Rodoviário	Toyota Hylux (Placa IHM 4239)	* dados DIPLAN
	Ford Courier (Placa KMV 2991)	* dados DIPLAN
	Fiat Doblò (LKT 2772)	* dados DIPLAN
Combustível - Mar	Lancha <i>ESEC Tamoios II</i> e bote inflável	* dados DIPLAN
TOTAL		* dados não disponíveis na UC

2.1.8. Diárias:

Nome	Valor	Origem do recurso	Objetivo
Régis Pinto de Lima	R\$ 177,00	ICMBio	Reunião Coordenação CR8 – Passa Quatro/MG. Maio/11

2.1.9. Passagens Aéreas:

Nome	Trecho	Objetivo
Adriana Nascimento Gomes	Rio-Campinas-Rio	Curso de Armamento e Tiro (31/03/2011 – ida; 10/04/2011 - volta)

2.1.10. Compensação Ambiental:

A) ELETRONUCLEAR

A tabela abaixo demonstra os recursos executados pela Eletronuclear referentes à ESEC Tamoios no ano passado, sendo a fonte de Compensação Ambiental de Depósito Inicial de Rejeitos Radioativos 3 (TC N° 021/2007) no valor de R\$ 11.000,00.

Descrição	Un	Valor Total	Situação Atual
Roupa de mergulho em neoprene	03	1.371,00	Entregue
Filmadora com caixa estanque	01	6.500,00	Entregue
Outros equipamentos solicitados	04	3.129,00	Não executado
TOTAL			7.871,00

O restante dos recursos de compensação ambiental relacionados à Usina Nuclear Angra II foram utilizados na Campanha de Divulgação da ESEC Tamoios, mas não foi repassado pela empresa o montante destes. Assim, não é possível saber se a compensação como um todo foi 100% atendida.

Quanto às despesas custeadas pela Eletronuclear (energia elétrica, telefone), até o momento a Unidade não recebeu nenhum dado para disponibilizar neste Relatório.

No que concerne à Condicionante 2.31 da LP-279/2008 nenhuma ação foi executada de acordo com dois documentos orientadores entregues a Eletronuclear e que se baseiam no Programa de Operacionalização (Plano de Manejo, 2006) da Unidade de Conservação:

- Manutenção e Implementação da ESEC Tamoios – Ações Emergenciais 2010;
- Plano de Trabalho 2010-1014 – parte do Convênio ICMBio & Eletronuclear ainda não assinado.

B) DEVON

Esta Compensação Ambiental se refere ao cumprimento da condicionante que foi estabelecida no processo de licenciamento do empreendimento Sistema de Produção de Petróleo no Campo de Polvo, Bloco BM-C-8, Bacia de Campos, cujo empreendedor é a DEVON ENERGY DO BRASIL LTDA.

Em 2011 foi aberto processo para aquisição de uma nova embarcação para a UC. A Aquisição deste material permanente será efetuada com recursos no valor de R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais) disponibilizados para UAAF/Teresópolis. Outro processo iniciado em 2010 teve êxito para compra de uma embarcação menor, que foi entregue na UC em setembro de 2011:

Descrição	Un	Valor Total	Situação Atual
Lancha motorizada com casco de Fibra 19´motor 115 HP.	1	69.000,00	Adquirida e funcional



Figura 2 Lancha ESEC Tamoios II (setembro/2011)

2.1.11. Patrimônio:

A Unidade recebeu a visita do Sr. Horácio (UAAF/Teresópolis) em 22 dezembro de 2011 com o objetivo de etiquetar a lancha *ESEC Tamoios II* e verificação de equipamentos a serem patrimoniados. Nenhum Relatório foi solicitado.

2.1.12. Sede Funcional:

A sede funcional da ESEC Tamoios teve em 2010 seu prédio principal reformado e pintado pela Eletronuclear, restando ainda o alojamento e quarto de mergulho a serem adequados e pintados.



Figura 3 Sede Funcional da ESEC Tamoios

2.1.13. Veículos:

Especificação	Observação	Situação 12/09
FORD courier camionete placa KMV 2991 – Ano 2001	Cedida desde 2007	Em Uso
Toyota Hylux Placa IHM 4239 – Ano 1998	Doada pela ESEC do Taim/RS – 2008	Fora de uso desde março*
FIAT Doblò ELX 1.8 FLEX Placa LKT 7227 – Ano 2008	Adquirida em 2009 através de recursos de compensação da Eletronuclear	Em Uso necessitando revisão

*O veículo Toyota foi emprestado para Operação do PNSB e teve seu motor avariado

2.1.14. Embarcações:

Especificação	Observação	Situação 12/11
Lancha marca RIB Offshore, modelo Utility Boat 26' ano 2004 com motor Mercruiser 2.8 ES 200 HP	Adquirida em 2005 (compensação ambiental Usina Nuclear Angra 2). A Eletronuclear realizou processo de contratação de serviços para conserto do motor e que não foram executados com êxito. Situação indefinida pela empresa.	Motor quebrado (12/09) e casco necessitando de reformas – Sem uso
Bote Inflável Motor 8HP	Barco de apoio à lancha: adquirida em 2009 através de recursos de	Em uso restrito

	compensação ambiental Usina Nuclear Angra 2	
Lancha <i>ESEC Tamoios II</i> – Motor 115 HP, 19´	Adquirida pela compensação ambiental DEVON-UAAF/Teresópolis	Regularizada e em uso desde setembro

- **Quanto ao Uso da Embarcação**

Embarcação	Marinheiro	No. Saídas	Consumo	Média/saída
<i>ESEC Tamoios II</i>	Carlos Pompei	13	529 l	40,6 l
<i>*Jennifer</i>	**Zeca, Bene	07	-	-
<i>*Dr Dim</i>	**Zeca	07	-	-

* Embarcação alugada pela Eletronuclear;

** Marinheiros da Eletronuclear.

Foram realizadas 27 saídas englobando todas as atividades embarcadas, sendo que o consumo de combustível das lanchas alugadas pela Eletronuclear não estão disponíveis na UC.

2.2 CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Destaca-se o importante e completo trabalho feito pela equipe da UC quanto a situação fundiária das ilhas que compõe a ESEC Tamoios. Em 2011 obtivemos os primeiros resultados deste trabalho, iniciado em 2006 e intermediado pelo Ministério Público Federal através do Procedimento nº 1.30.014.000027/2009-03. Segundo preconiza a Portaria Interministerial MPOG/MMA 436/2009, o SPU emitiu Termos de Entrega ao MMA de sete das vinte e nove ilhas da ESEC (publicados no D.O.U. n.º 152; Seção 3; Fls. 144), quais sejam: Ilha das Cobras (Processo n.º 04967.001720/2007-18), Laje do Cesto (Processo n.º 04967.001703/2007-72), Ilha de Imboassica (Processo n.º 04967.0011493/2006-40), Ilhota Pequena (Processo n.º 04967.001702/2007-29), Ilha do Algodão (Processo n.º 04967.001712/2007-63), Ilha Queimada

Pequena (Processo n.º 04967.001722/2007-07.) e Rochedo de São Pedro (Processo n.º 04967.001711/2007-19). O Processo Administrativo 02070.002928/2011-91 foi aberto a fim de que o MMA promovesse a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) destas áreas recebidas para o ICMBio. Assim, foi publicado no D.O.U. n.º 224; Seção 3; Fls. 168 o Extrato de Concessão Real de Uso Nº 11/2011. Por este instrumento, o ICMBio fica investido de poderes plenos para proceder a gestão da ESEC Tamoios.

Vale lembrar que ainda restam 22 (vinte e duas) ilhas que deverão passar pelo mesmo procedimento destas 07 (sete) primeiras. É fundamental que a Procuradoria do ICMBio participe deste processo de regularização fundiária mantendo um monitoramento do andamento dos processos junto ao SPU/RJ.

Ressalta-se que dentre todas as 22 ilhas restantes, só existem benfeitorias em sete ilhas (Ilha Tucum de Dentro; Ilha do Sandri; Ilha Araraquara; Ilhota Grande; Ilha das Palmas; Ilha dos Ganchos e Ilha do Catimbau). Para as demais ilhas, que não possuem quaisquer benfeitorias, não cabe nenhuma ação indenizatória, ainda que por ventura possuam inscrição de ocupação precária. Assim, é recomendado o repasse imediato destas ilhas ao MMA, uma vez que não serão necessários quaisquer recursos para indenizações de benfeitorias. São elas:

1. Ilha Queimada Grande;
2. Ilhas Zatim;
3. Laje entre ilha das Cobras e Búzios Pequena;
4. Ilha Búzios Pequena;
5. Ilha Búzios Grande;
6. Laje Pedra Pelada
7. Ilha Araçatiba de Dentro;
8. Ilha Araçatiba de Fora;
9. Ilha Sabacu;
10. Ilha Pingo d'Água
11. Ilha Tucum
12. Ilha da Samambaia
13. Ilha de Araraquarina
14. Ilha de Jurubaiba
15. Ilha Comprida

2.3. SINALIZAÇÃO

Em 2011 não houve nenhuma oportunidade de confecção e implantação de novas placas insulares, mas estes serviços foram inseridos em condicionantes ambientais específicas do processo de licenciamento ambiental da BRASFELS, além da inclusão em processos judiciais da empresa Pingo D'água Agrícola Pesqueira e do ECO-Resort Vila Galé.

O Plano de Manejo também estabelece, dentre as ações gerenciais gerais internas a serem implantadas, a sinalização da área continental do entorno da estação ecológica. Em 2011 foram elaboradas e impressas 05 placas continentais de sinalização e informação sobre a ESEC Tamoios com apoio da empresa gráfica DB+. As placas fazem parte da campanha “ESEC Tamoios 20 anos” e foram impressas com recursos da compensação ambiental da Usina de Angra II (Eletronuclear). Foram instaladas 03 placas nos principais cais turísticos/pesqueiros da região de Paraty com apoio da ETN: Cais de Pescadores da Ilha das Cobras, Cais Turístico de Paraty, Cais da Praia Grande. Como o material das placas estava sendo testado nos locais instalados, optou-se por não concluir a instalação das demais placas sobre a Unidade, com intuito de verificar o efeito das intempéries sobre as mesmas.



Figura 4 Placa instalada no Cais dos Pescadores de Paraty (Ilha das Cobras)

2.4. CONSELHO CONSULTIVO

Foram realizadas as 04 (quatro das reuniões) trimestrais previstas para o ano. Houve 02 (duas) reuniões da Câmara Temática de Pesquisa.

DATA	REUNIÃO	Nº PRESENTES	Nº CONSELHEIROS
24/03	XII - 1º Ordinária	12	07
12/07	XIII - 2º Ordinária	26	09
06/10	XIX - 3º Ordinária	18	12
13/12	XX - 4º Ordinária	28	14
23/03	1º CT Pesquisa	18	05
12/08	2º CT Pesquisa	49	11

As reuniões da Câmara Temática de Pesquisa focaram a necessidade de se criar um Programa de Monitoramento Oceanográfico e Ambiental Integrado para a Baía da Ilha Grande.



Figura 5 Superintendente do INEA na Baía da Ilha Grande sendo diplomado no Conselho da ESEC.

3. PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO

Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. Assim, a atuação institucional voltada para a finalidade de alcançar a conservação e o desenvolvimento sustentável regional deve

necessariamente envolver atividades de pesquisa e monitoramento. Foram aqui incluídas as atividades que tratam de Sistemas de Informação.

3.1. SISBIO

Foram analisadas 19 solicitações de pesquisa, sendo todas autorizadas. Algumas deveriam ter apoio logístico (embarcação) da Unidade não sendo possível o atendimento a estas demandas pelo problema já explicitado no Programa de Operacionalização. O Gráfico abaixo tem efeito comparativo para entendimento da evolução das pesquisas na Unidade via SISBIO. No Anexo 3 encontra-se a Tabela com a relação das Pesquisas aprovadas em 2011 pela ESEC Tamoios.

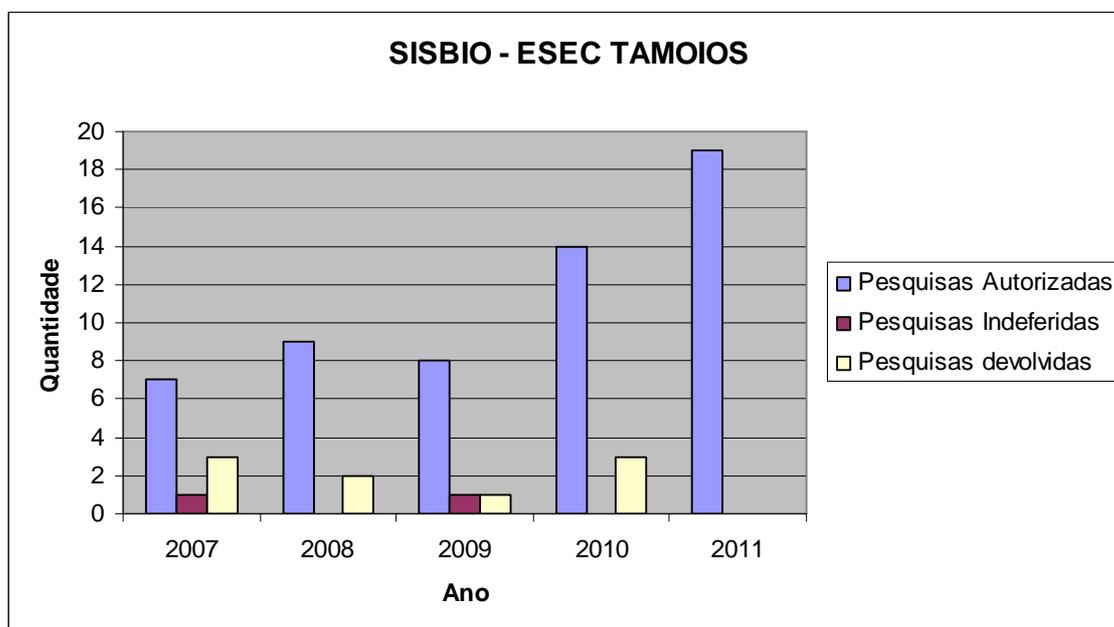


Figura 6 Pesquisas na UC - SISBIO (2007-2011)

Observa-se um aumento constante e de mais de 100% nos últimos dois anos, sendo este um forte Indicador de sucesso de uma estação ecológica. A falta de embarcações permanentes não permitiu que este número fosse maior ainda, uma vez que algumas pesquisas dependem desta contrapartida da Unidade.

3.2. RAPPAM

Em 2010/2011 houve nova rodada de avaliação do RAPPAM (*Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*), sendo que o IGEG 2010 avançou para 48,2% se comparado ao IGEG 2005-2006 de 39.1%. Os itens piores avaliados na Unidade foram Insumos (infraestrutura e recursos financeiros). Contribuíram para estes baixos itens a indisponibilidade da lancha *ESEC Tamoios* que teve seu motor avariado em dezembro 2009 e ainda não resolvido pela administração da Eletronuclear, como também o baixo quantitativo de recursos financeiros alocados a Unidade, seja por suprimento de fundos seja por não cumprimento de Condicionantes e de recursos não agilizados de Compensação Ambiental.

3.3. CNUC

Em 2011 foi atualizado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com dados atualizados e georeferenciados sobre a ESEC Tamoios. Esta ferramenta esta no *site* do MMA e disponibiliza dados primários sobre as Unidades de Conservação.

3.4. NEXUCS

Sistema de dados para planejamento estratégico implantado pelo ICMBio para avaliação e acompanhamento das ações e atividades conduzidas por suas Unidades e Macroprocessos. A entrada de dados pelas Unidades deveria ser mensal, mas a ESEC Tamoios só conseguiu atualizar o Sistema trimestralmente, tanto pela maior demanda de trabalho que disponibilidade de atendimento pela reduzida equipe, como pela dificuldade de uso do próprio sistema.

3.5. PREPS

O sistema do *Programa Nacional De Rastreamento De Embarcações Pesqueiras Por Satélite* é disponibilizado no site www.preps.gov.br. A ESEC Tamoios tem sua analista ambiental/fiscal já treinada para utilização do mesmo, sendo que este não foi um Indicador do NEXCUS para 2011.

3.6. MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES HUMANAS NA ÁREA DA ESEC TAMOIOS

- N°de saídas: 20

Em julho de 2008, a ESEC Tamoios iniciou um trabalho embarcado e nas áreas da UC, “Monitoramento das Atividades Humanas na ESEC de Tamoios”, que foi programado para ser contínuo. Em setembro de 2009, foi concluído o Relatório referente ao 1º ano de monitoramento (ICMBio, 2009. Relatório “Um ano de monitoramento das atividades humanas em áreas da Estação Ecológica de Tamoios:” Adriana N. Gomes & Régis P. Lima. Paraty/RJ. 65pp.). Estimou-se 48 saídas anuais pelo menos, como forma de manter a coleta de dados e permanência da equipe na área direta da UC. O quadro a seguir apresenta o número de saídas de monitoramento mensais realizadas em 2011, para cada área.

Mês	Quantidade	ÁREA I	ÁREA II
FEVEREIRO	2	1	1
MARÇO	5	3	2
SETEMBRO	4	2	2
OUTUBRO	2	1	1
NOVEMBRO	5	3	2
DEZEMBRO	2	2	
TOTAL	20	12	08

Se comparado a 2009 (N=51) o executado foi de apenas 39,21% e se comparado a 2010 (N=10) o aumento foi de 100%. O não conserto do motor da lancha da ESEC pela Eletronuclear tem repercussão direta no fraco desempenho da permanência no mar pela equipe da UC. O aumento em 2011 foi devido à pequena embarcação adquirida pela UAAF/Teresópolis – Compensação Ambiental, e entregue em setembro, bem como à contratação do piloto, longe ainda de ser a embarcação ideal. Mesmo assim, o fator combustível (*ticket-car*) é limitante pelo baixo valor de recurso financeiro (R\$ 250,00) no cartão desta embarcação, o que não permite encher o tanque da lancha uma vez sequer.

Nº Analistas Ambientais	Nº Saídas	%
01	16	80%
02	03	15%
03	00	0%
Outros	01	5,00%
TOTAL	20	

Equipe	Nº Saídas
Régis P. Lima	11
Adriana Gomes	10
Sylvia Chada	00
Silvia Peixoto	01

No Quadro a esquerda é retratado o percentual de analistas por saída ao mar, sendo que para que uma atividade de fiscalização possa ser realizada, são necessários pelo menos 03 (três) servidores sendo um deles fiscal. Em nenhuma destas saídas foi possível realizar ações de fiscalização, somente de monitoramento das atividades humanas e campanhas de informação.

No Quadro a direita fica demonstrado o esforço de saídas ao mar pelos servidores da Unidade, claramente sobrecarregando 02 (dois) destes servidores (chefe e substituta).

4. PROGRAMA DE PROTEÇÃO E MANEJO:

Este programa tem o objetivo de garantir a evolução natural dos ecossistemas, especialmente pela proteção dos recursos naturais e culturais.

4.1. OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

1. Em 22 de fevereiro de 2011, o pescador Oswaldo de Souza foi autuado por penetrar na ESEC Tamoios com a embarcação João Vitor conduzindo instrumentos próprios para caça submarina e pesca. O auto (012169/A) foi lavrado por fiscal lotado na ESEC Tamoios.
2. Em 15 de março de 2011, o Sr. Gilmar Martins (caseiro) foi notificado a comparecer na ESEC Tamoios juntamente com o proprietário e seu empregador para prestar esclarecimentos quanto à ocupação de casa de veraneio na Ilha do Sandri, Praia do Meio. A notificação (12244/A) foi emitida por fiscal lotado na ESEC Tamoios
3. Em 06 de junho de 2011, a Universidade Santa Úrsula foi autuada por realizar pesquisa científica sem a devida autorização. O auto (012168/A) foi lavrado por fiscal lotado na ESEC Tamoios.

4. Em 06 de junho de 2011 o Gerente de Meio Ambiente da Eletronuclear foi notificado a apresentar as autorizações para as atividades de monitoramento promovidas pela empresa, bem como os respectivos relatórios quali-quantitativos referentes ao período de 2008 a 2011. A notificação (12246/A) foi emitida por fiscal lotado na ESEC Tamoios
5. Em 08 de junho de 2011 ocorreu Fiscalização conjunta do IBAMA, e ICMBio (APA de Cairuçu e ESEC Tamoios). O pescador João Miguel foi autuado por pescar dentro da área da ESEC Tamoios. O auto de infração foi lavrado pelo Escritório do IBAMA de Angra dos Reis. O Termo de Destinação Sumária (19641/A) da panagem de redes utilizadas nos cercos flutuantes da Ilha de Araraquara foi lavrado emitido por fiscal lotado na ESEC Tamoios.
6. Em 22 de outubro de 2011, o Sr Aldo Bulhões Lara foi notificado a retirar no prazo de 5 dias as estruturas de apoio para instalação de cercos flutuantes bem como quaisquer outros petrechos de pesca que estejam instalados ou armazenados na Ilha de Araraquara e respectivo entorno marinho. A notificação (12247/A) foi emitida por fiscal lotado na ESEC Tamoios
7. Em 11 de novembro de 2011, ocorreu Fiscalização conjunta das UCs APA de Cairuçu e ESEC Tamoios. O proprietário da embarcação MARIMAR II, Sr. Lério Izido de Souza foi autuado por pescar de arrasto no interior da área da ESEC Tamoios. O auto (012171/A) foi lavrado por fiscal lotado na ESEC Tamoios.



Figura 7 Fiscalização conjunta do IBAMA e ICMBio (APA de Cairuçu e ESEC Tamoios) na Ilha Araraquara

4.2. AUTOS DE INFRAÇÃO E TERMOS DE EMBARGO

AUTO DE INFRAÇÃO		SANÇÕES APLICADAS	NOME DO AUTUADO	DATA	AGENTE AUTUANTE
Nº	VALOR (R\$)				
012169/A	7.000,00	Multa	Oswaldo de Souza	22/02	Adriana N. Gomes
012168/A	5.000,00	Multa	Universida de Santa Úrsula	06/06	Adriana N. Gomes
02171/A	2.000,00	Multa	Lerio Izido de Souza	11/11	Adriana N. Gomes

4.3. NOTIFICAÇÕES EMITIDAS

NOTIFICAÇÃO	NOME DO NOTIFICADO	DATA	AGENTE NOTIFICANTE
Nº			
12244/A	Gilmar Martins	15/03	Adriana N. Gomes
12246/A	Giovanni Bloise	06/06	Adriana N. Gomes
12247/A	Aldo Bulhões Lara	22/10	Adriana N. Gomes

4.4. INFORMAÇÕES TÉCNICAS EMITIDAS NA ÁREA DA UC

Nº	Data	Assunto	Autor
01/11	06/01	Patrimônio ESEC	Adriana N. Gomes
02/11	02/02	Vila Galé	Adriana N. Gomes
03/11	15/02	Vila Galé	Adriana N. Gomes
06/11	30/06	Pingo d'Água	Régis P. Lima
08/11	06/07	Emissário Submarino – Vila Galé	Adriana N. Gomes
09/11	07/07	ESEC – Demarcação Carta Náutica	Adriana N. Gomes; Régis P. Lima
10/11	15/07	TCT USS	Sílvia P. Amorim
12/11	27/07	Pingo d'Água	Adriana N. Gomes
13/11		Relatórios Monitoramento ETN	Sílvia P. Amorim

14/11	16/08	ESEC – Demarcação Carta Náutica	Régis P. Lima
15/11	25/08	Autorização Gincana Click no Peixe	Adriana N. Gomes
19/11	24/11	Fiscalização triênio 2009-2011	Adriana N. Gomes
20/11	06/11	Pingo d'Água	Adriana N. Gomes
21/11	21/12	Autorização Programa de Monitoramento Ambiental da ETN	Adriana N. Gomes, Régis P. Lima, Sílvia P. Amorim

4.5. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NA ESEC TAMOIOS (31/12/2011)

PROCESSOS	ASSUNTO
02022.000425/2011-57	Ilha dos Ganchos: Ação Anulatória AI
02070.002928/2011-91	Concessão Direito Real de Uso do MMA ao ICMBio (7 ilhas)
02126.000196/2011-11	Notificação: ELETRONUCLEAR
02022.002191/2007-04	Auto de Advertência: Fernando C. Amorim
02126.000197/2011-57	Auto de Infração: Osvaldo de Souza
02022.000516/2007-14	Auto de Advertência: Benedito Carlos Gonçalves de Andrade
02126.000090/2010-28	Notificação: Antonio B. Servolo
02070.001198/2010-21-94	TCT: Fundação Educacional Severino Sombra
02022.002994/2007-51	TCT: Universidade Severino Sombra
02022.000064/2006-81	Pesquisa da USU realizada sem autorização da UC: Universidade Santa Úrsula
02070001197/2010-86	Praia da Conceição: AMAPAR

4.6. APOIO NO MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES:

Em 2010 a equipe da ESEC Tamoios se reuniu para tratar do assunto “manejo de animais silvestres” e, pautada na legislação ambiental, concluiu que esta demanda é uma atribuição específica do IBAMA, exceto quando o animal a ser manejado estiver dentro dos limites da ESEC Tamoios. Em 2011 e nesse sentido, o apoio direto da ESEC neste assunto se reduziu consideravelmente

na região, sendo que as ocorrências foram direcionadas a Veterinária contratada pela Eletronuclear ou ao IBAMA (Escritório Regional).

Quanto ao tema “Capturas acidentais de tartarugas marinhas no sistema de captação de água para usina nuclear Angra 2”, cujas discussões iniciaram em 2010 junto a Eletronuclear e TAMAR/SP, houve desdobramentos com reuniões entre a DILIC/IBAMA, Centro TAMAR e DIBIO (local da reunião) e posteriormente uma visita técnica no local das capturas e em ambas a ESEC Tamoios não foi convidada a participar. Neste sentido, entende-se que a DIBIO e o Centro TAMAR estão tratando do assunto não sendo mais pauta da Unidade de Conservação.

5. PROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Um dos principais objetivos de uma Estação Ecológica é a promoção da Educação Ambiental. No plano de manejo da Unidade aparece como destaque, na análise dos pontos fracos, a questão da precariedade atual da educação ambiental. Um dos pressupostos condicionantes ao manejo estabelecido no planejamento da Estação Ecológica de Tamoios é a aceitação da estação pela comunidade: sem a aceitação da existência da estação pela comunidade regional, dificilmente este Plano de Manejo será implantado;

5.1. SEDE DA UC

5.1.1. Cursos de capacitação:

A ESEC Tamoios desde 2009 vem investindo na organização e realização de cursos de diferentes temáticas ambientais, direcionados principalmente para professores locais, que são os reais multiplicadores do aprendizado. Em 2011 foram realizados dois eventos com objetivos de sensibilizar e informar os participantes sobre diferentes temas ambientais, a citar Unidades de Conservação e ecossistemas marinhos e terrestres da região. Abaixo, maiores informações destes cursos:

A) Curso para professores sobre UC's:

- Em agosto de 2011, aconteceu na sede da ESEC um curso sobre áreas protegidas direcionado a 35 professores da rede municipal de Ensino de Paraty. O curso "*Um novo olhar para as Unidades de Conservação de Paraty*" é fruto da integração das UC's federais da região (Parque Nacional Serra da Bocaina, ESEC Tamoios, APA do Cairuçu) e da UC estadual (Reserva Ecológica da Juatinga) com a Secretaria de Educação de Paraty (Coordenação de Educação Ambiental). Além do apoio do ICMBio com a alimentação e apoio com materiais educativos, o INEA auxiliou com cartilhas, a SOS Mata Atlântica doou vídeos sobre o bioma para compor o kit distribuído aos participantes e a empresa Eletronuclear forneceu o transporte e recuperação da Trilha Tamoios, utilizada como uma das atividades práticas do evento. O objetivo principal do curso foi informar e sensibilizar os participantes sobre a importância das Unidades de Conservação, a partir do aprofundamento no conhecimento do tema e do debate sobre os diferentes tipos de áreas protegidas marinhas e terrestres que abrangem a região sul-fluminense. O curso contou com atividades teóricas e práticas, compostas por dinâmicas, práticas em grupo e palestras de representantes de todas as UC's que englobam Paraty, entre municipais (APA Municipal da Baía de Paraty e Saco do Mamanguá) e estaduais e federais mencionadas acima. Ao final do evento, os participantes elaboraram fichas contendo atividades educativas relacionadas à temática do curso para diferentes disciplinas, abordando a interdisciplinaridade. Como produto, foi elaborada uma cartilha contendo as atividades propostas pelos professores, a qual foi trabalhada durante o 2º semestre de 2011 nas escolas do município. Em novembro os professores apresentaram, durante um novo evento, os resultados dos trabalhos realizados com os alunos a partir do curso aplicado (jogos lúdicos e educativos, painéis e telas sobre a biodiversidade marinha e terrestre local, mapas sobre as UC's locais em papel "marche", poesias, recortes...)

Alguns indicadores importantes:

- 35 professores locais capacitados;
- 02 matérias publicadas, sendo uma, no ICMBio em Foco (174/2011);

- 01 evento gerado a partir deste curso (exposição dos trabalhos realizados com alunos a partir do curso);
- 05 Unidades de Conservação da região envolvidas na elaboração e execução do curso;



Figura 8 Professores da Rede Municipal de Paraty capacitados na ESEC Tamoios

C) Capacitação para grupo de voluntários da ESEC Tamoios:

Em 10/11 foi aprovada pelo ICMBio/DF a solicitação de serviço voluntário para a área de Gestão Sócio-ambiental da ESEC Tamoios com intuito principal de auxiliar na área de educação e informação ambiental (incluindo campanha de divulgação da UC “ESEC Tamoios 20 anos” e condução de visitação na sede da ESEC). Durante dois dias, os 06 voluntários selecionados e 01 estagiário assistiram palestras e vídeos abordando temas como Unidades de Conservação (foco ESEC Tamoios), funções dos diferentes órgãos ambientais, ecossistemas marinhos e terrestres. Atividades práticas como realização da Trilha Tamoios e capacitação para atividades de campo também fizeram parte do evento.



Figura 9 Trabalho com voluntários nas praias da região

5.1.2. Outras atividades de informação e educação ambiental na Sede:

A) Visitação à sede:

Em dezembro de 2010, a sede da ESEC Tamoios recebeu painéis e adesivos de vidro sobre a biodiversidade local (fauna e flora) e localização de suas ilhas representadas em um grande mapa informativo.

- Em 2011, **315** pessoas visitaram a sede da ESEC Tamoios, sendo que destes visitantes, apenas **40** percorreram a Trilha Tamoios. Comparado ao ano de 2010 (**120** visitantes), o número total de visitantes aumentou consideravelmente, podendo ser resultado também do maior conhecimento da ESEC na região através da campanha de divulgação e valorização “ESEC Tamoios 20 anos”. Em contrapartida, o número de visitantes na trilha diminuiu, provavelmente devido à falta de manutenção da mesma por parte da Eletronuclear (algumas pontes da trilha estavam danificadas).

Ação	Quantidade	Fonte/apoio
Visitantes na sede	315	ESEC
Visitantes da sede realizaram a trilha Tamoios	40	ESEC/ETN
Eventos de capacitação	02	ESEC/ICMBio
Número de pessoas capacitadas	42	ESEC/ETN/ICMBio

5.2. ÁREA DA UC

A principal atividade referente à informação/educação ambiental desenvolvida na área da UC em 2011 foi a distribuição de *folders* sobre a ESEC Tamoios e informações durante as saídas de monitoramento da UC. Em 2011, foram contabilizadas 20 (vinte) saídas de monitoramento e durante estas atividades foram entregues aos usuários que estavam dentro dos limites da UC alguns folders sobre a ESEC Tamoios, informando a estes principalmente sobre a existência da UC, importância e atividades proibidas.

AÇÕES EXTERNAS

6. PROGRAMA DE CONTROLE E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Este Programa tem como objetivo o monitoramento, controle e fiscalização da Área de Influência da UC, especialmente pela informação e educação.

6.1. INFORMAÇÕES TÉCNICAS EMITIDAS - ZONA DE AMORTECIMENTO

Estas Informações são relacionadas às Atividades que ocorrem na Baía da Ilha Grande, Zona de Amortecimento da Unidade.

Nº	Data	Assunto	Autor
04/11	14/03	Pesquisa USU – Baía da Ribeira	Adriana N. Gomes
05/11	30/06	Ampliação Porto de Angra - TECNIP	Adriana N. Gomes
07/11	05/07	Condomínio Porto Bracuhy	Régis P. Lima
11/11	20/07	Aforamento ilha Baía da Ribeira	Sílvia P. Amorim
16/11	30/08	Autorização MPA – Parques Aquícolas	Adriana N. Gomes
17/11	19/09	Pesca - PMP	Sylvia Chada
18/11	21/10	Recifes Artificiais – Licenciamento INEA	Sylvia Chada

7. PROGRAMA DE CONHECIMENTO

Este programa tem como objetivo proporcionar subsídios para o planejamento, proteção e manejo ambiental.

7.1. MAPEAMENTO DOS LIMITES DA UC

Em 2011, a equipe da ESEC Tamoios deu prosseguimento ao processo junto à Delegacia da Capitania dos Portos de Angra dos Reis para demarcação da UC em cartas náuticas da Marinha do Brasil, não sendo efetivo até o momento este esforço da Unidade junto a Autoridade Marítima.

Com a disponibilidade da lancha ESEC Tamoios II no final de 2011, deu-se início ao “*Diagnóstico continental costeiro das áreas marinhas da Estação Ecológica de Tamoios: estruturas artificiais instaladas*”. Este diagnóstico tem como objetivos:

- Identificar *in situ* a localização correta de cada perímetro de água como entorno das diversas ilhas, ilhotes, lajes e rochedos que compõem a ESEC de Tamoios.
- Verificar os limites da UC conforme os desenhos dos blocos de ilhas contidas no Plano de Manejo;
- Identificar e georreferenciar todas as estruturas artificiais existentes nas áreas marinhas da ESEC Tamoios;

- Coletar dados referentes a cada estrutura, identificando e notificando seus responsáveis;
- Formar banco de dados e de imagens referentes ao diagnóstico;
- Georreferenciar e fotografar informações de campo, subsidiando o SIG da UC e seu entorno.
- Analisar os dados e produzir relatório para conhecimento institucional e de parceiros importantes na implantação da UC.

Para cobrir as áreas marinhas de todos os blocos, foram realizadas 06 (seis) saídas de campo, 05 (cinco) em 2011 e 01 (uma) no início de 2012. Executam esta atividade uma servidora da ESEC Tamoios e uma servidora da APA de Cairuçu. Os dados estão sendo sistematizados e geoprocessados.

Data	Blocos	Ilhas	Equipe	Embarcação
10/11/2011	10, 11 e 12	Palmas, Ganchos e Catimbau	Adriana, Graziela	Doctor Dim
17/11/2011	5	Pingo d'Água e Tucum de Dentro	Adriana, Graziela	ESEC Tamoios II
01/12/2011	8 e 9	Araraquara, Araraquarinha, Jurubaíba e Rochedo S.Pedro; Comprida, I.Gde, I.Peq. e Laje Cesto	Adriana, Graziela	Doctor Dim
08/12/2011	1, 2, 3 e 4	Imboassica, Queimada Gde e Queimada Peq.; Zatim; Cobras, Búzios, Búzios Peq. Pedra Pelada e Laje; A.Forá, A.Dentro e Sabacu.	Adriana, Graziela	ESEC Tamoios II
21/12/2011	7	Sandri, Algodão e Samambaia	Adriana, Graziela	ESEC Tamoios II
13/01/2012	6	Tucum	Adriana, Graziela	Bote com motor 8 HP



Figura 10 Registrando as coordenadas das instalações artificiais nas áreas marinhas da UC

7.2. CENTRO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS/CIA-BIG

Visando reunir e sistematizar conhecimento científico já publicado sobre a baía da Ilha Grande, a Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios) em parceria com as ONGs SAPÊ, Instituto de Biodiversidade Marinha e a UERJ, com recursos da Fundação SOS Pró-Mata Atlântica (Edital 01/07-Programa Costa Atlântica) implantou o **Centro de Informações Ambientais da Baía da Ilha Grande (CIA BIG)**. Esta ação coaduna com o os objetivos do item 21 do Encarte 6.1 do documento.

Este sistema era disponibilizado para consulta via WEB, no entanto, desde 2010, devido à falta de recursos para manter a hospedagem do sistema, o mesmo encontra-se indisponível.

7.3. PROJETO CORAL SOL

O Plano de Manejo da ESEC Tamoios, aprovado através da Portaria 09, de 03 de fevereiro de 2006 estabelece, dentre as ações gerenciais gerais internas a serem implantadas, identificar as espécies exóticas existentes e realizar o manejo adequado para sua eliminação. Esta ação está descrita no item 13.3 do Encarte 6.1 do documento.

A Estação Ecológica de Tamoios é parceira junto ao Instituto de Estudos sobre Biodiversidade Marinha da Zona Costeira Brasileira e da UERJ no desenvolvimento do **Projeto Coral-Sol**. O papel da UC neste projeto é colaborar inicialmente nas ações em conjunto de monitoramento do coral exótico *Tubastraea* dentro da unidade de conservação e, posteriormente, nas ações de controle, caso necessárias. Este foi o segundo ano da campanha de monitoramento do coral-sol nas ilhas da ESEC, sendo o seguinte trabalho publicado:

Silva, A. G.; Lima, Régis P.; Gomes, A. N.; Fleury, B. G. e Creed, J.C., 2011. *Expansion of the invasive corals **Tubastrea coccínea** and **Tubastrea tagusensis** into the Tamoios Ecological Station Marine Protected Area, Brasil.* Aquatic Invasions (2011) Vol. 6, Supplement 1:S105-S110.



Figura 11 Coral-Sol dominando substrato rochoso na Ilha Queimada Pequena/ESEC Tamoios

8. PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO

Entre os objetivos deste programa constantes no Plano de Manejo da UC estão:

- Informar as comunidades do entorno sobre os objetivos da UC.
- Promover a conscientização na zona de amortecimento da estação ecológica, seus limites e normas.
- Inserir a temática das UC's, em especial da Estação Ecológica de Tamoios, na Educação Ambiental da região.

8.1. CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DA UC:

Objetivando iniciar o processo de informação e conscientização das comunidades sobre a existência de UC e sua importância, em dezembro de 2010 foi elaborada uma proposta de campanha sobre a ESEC Tamoios denominada: “ESEC Tamoios 20 anos”. Esta é a primeira campanha de divulgação da Unidade que apesar de ter sido criada há mais de 20 anos, é bastante desconhecida por parte dos turistas e comunidades locais (incluindo pescadores e mergulhadores) todos estes públicos-alvo desta campanha.

Entre os objetivos da campanha podemos destacar:

- Informar sobre a existência da ESEC Tamoios na região sul-fluminense;
- Informar sobre a importância desta área protegida (para que a UC foi criada, seus objetivos, focando principalmente na importância da UC na manutenção dos recursos pesqueiros da região e sua importância na proteção e monitoramento ambiental da Baía da Ilha Grande);
- Trabalhar “condutas conscientes” no ambiente marinho abordando principalmente os impactos diretos do lixo sobre o meio.

Em 2011 concluiu-se a primeira etapa da campanha, iniciada em dezembro de 2010. Em 2011 esta primeira etapa consistiu na distribuição e instalação da maior parte dos materiais confeccionados, como cartazes, banners e placas em marinas e cais da região, adesivos de ônibus e painéis informativos sobre a

biodiversidade da UC na sede da ESEC. Ainda em 2011, 06 voluntários foram selecionados pelo Programa Nacional de Voluntariado com objetivo principalmente de apoiar na Campanha de Divulgação da ESEC.

Etapa 1 (até outubro de 2011):

- Distribuição de cartazes e folders sobre a ESEC na região;
- Instalação de 03 placas nos principais cais turístico-pesqueiros da região de Paraty;
- Colocação de 22 “banners” nas marinas locais e instituições ambientais de Angra e Paraty;
- Veiculação de 20 “busdoors” nas frotas de ônibus dos municípios de Paraty e Angra dos Reis com a parceria da empresa de transportes local EVAL.
- Instalação de 04 painéis informativos e 03 adesivos de vidros na sede da ESEC sobre a unidade e sua biodiversidade.
- Elaboração de 01 *release* para jornais locais e ASCOM/ICMBio.
- Publicação de 03 matérias na mídia (sites).



Figura 12 Modelo de *busdoor* instalado na frota de ônibus da empresa EVAL

8.2. OUTROS EVENTOS INFORMATIVOS/EDUCATIVOS EXTERNOS:

- Campanha “ESEC na praia de Mambucaba”- *Stand* (4/2/11);
- *Stand* na Semana de Meio Ambiente no CEA em Angra (6/6 à 10/6);
- *Stand* em evento em comemoração ao Dia do Meio Ambiente em Paraty (3/6);
- Dia da Mata Atlântica em Paraty (27/5);
- *Stand* ESEC no evento VIVA a MATA- (19 a 22/5/2011).

9. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO EXTERNA

Este Programa objetiva proteger a UC através de ações propostas para a Zona de Transição, Área de Influência e população local, para minimizar impactos sobre a mesma.

9.1. CONSELHOS

- MOSAICO BOCAINA → 02 reuniões
- APA TAMOIOS → 04 reuniões
- APA CAIRUÇU (CONAPA) → 05 reuniões

9.2. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em dezembro de 2009, foi assinado o 1º. ACT entre a ESEC Tamoios e a Universidade Severino Sombra, como resultado do apoio as pesquisas e capacitação de estudantes de biologia que esta Instituição vem desenvolvendo em áreas da UC. O processo foi enviado a CR8/ICMBio para ciência e publicação. O processo teve Parecer Jurídico (2011) que desestimula a assinatura deste tipo de Acordo, optando a equipe da ESEC de incentivar os Programas de Estagiários e de Voluntariado do Instituto, bem como do SISBIO.

9.3. EVENTOS COM UTILIZAÇÃO DA SEDE/AUDITÓRIO

Estão incluídos Atividades/Eventos de Instituições/Organizações com demanda de auditório para reuniões relativas a temas importantes sobre a região.

Data	Evento
23/09	Reunião Pré-Lançamento do Comitê de Gestão Integrada da BIG. SA/INEA/FAO-GEF
22/11	Reunião do Pré-Comitê de Bacias Hidrográficas da BIG. SA/INEA



Figura 13 Reunião do Projeto GEF/INEA "Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande no Auditório da ESEC em setembro de 2011

10. PROGRAMA DE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Este Programa objetiva levar às populações vizinhas conhecimentos para a utilização sustentada dos recursos, especialmente nas áreas que tenham relação direta com a UC.

10.1. ILHA CATIMBAU (PRAIA DA CONCEIÇÃO)

- Projeto “Investigações Científicas no espaço continental costeiro da praia da Conceição-Parati/RJ → UERJ/AMAPAR. SISBIO. Aguardando Relatório de Atividades para avaliação e proposta de continuidade, o que está agendado com o Coordenador do Projeto, Prof. Dr. Marcos Bastos/UERJ-CEADS.



Figura 14 Dispositivo instalado pela UERJ para verificar taxa de sedimentação em cultivo na Praia da Conceição

10.2. PROJETOS/PROPOSTAS DE UTILIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS ANTI-ARRASTOS

- Utilização de dispositivos anti-arrasto como pontos de limites subaquáticos e de atratores de biodiversidade na Ilha do Sabacu/Angra dos Reis, parte marinha integrante da ESEC Tamoios → Processo de Licenciamento Ambiental e Conversão de Multa INEA N° AA N° IN018232.

11. RECOMENDAÇÕES PARA 2012

- Disponibilização pelo ICMBio de pelo menos dois novos analistas ambientais/fiscais para atendimento a demanda de implantação de uma UC marinha e insular com graves conflitos com atividades humanas frequentes na UC;
- Revisão por parte da Presidência em conformidade com Procuradoria, dos termos expostos no Parecer N^o360/2011/AGU/PGF/ PFE-ICMBio relacionado à Condicionante 2.31 da LP 279/08 – Usina Nuclear Angra 3, uma vez que a Informação Técnica No. 021/11 de dezembro/12 deixa claro que os empreendimentos das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 vem causando alterações ambientais no ecossistema marinho da UC desde sua implantação na década de oitenta, especificamente na área marinha abrangida pelas Ilhas Tucum e Pingo d'água, tendo a própria empresa e o órgão licenciador (IBAMA) entendido como Condicionante;
- UAAF/Teresópolis:
 - * aquisição de embarcação adequada ao trabalho na área da UC, através de pregão eletrônico e conforme Termo de Referência reenviado em janeiro de 2012;
 - * aumento do recurso de combustível da embarcação *ESEC Tamoios II*;
- Disponibilização por parte do ICMBio de recursos para reforma e instalações do alojamento na Sede e da casa cedida pela Eletronuclear (Vila Operária-Mambucaba/Paraty) para uso em operações de fiscalização, de estagiários e de pesquisadores;
- Disponibilização de recursos financeiros (R\$ 60.000,00) para compra de um novo motor para lancha *ESEC Tamoios* que se encontra parada desde dezembro de 2009 sem que a Eletronuclear tenha concretizado os serviços contratados por licitação;
- Disponibilização de recursos financeiros (R\$ 2.000,00) para hospedagem em *Web Site* do Centro de Informação Ambiental (CIA-BIG);
- Envolvimento direto da Procuradoria (CR8/RJ) junto ao SPU/RJ para concretização dos processos de titularidade ao MMA das ilhas da ESEC Tamoios (também da APA Cairuçu em Paraty/RJ);
- Discussão com Diretorias afins, CR8, ESEC Tamoios e APA Cairuçu quanto à gestão integrada das ilhas de Paraty, que foram primeiramente criadas como APA Cairuçu (63 ilhas, 1983) e posteriormente (11 ilhas, 1990) como ESEC Tamoios;

- Discussão no âmbito da Câmara Temática de Pesca do Conselho Consultivo da ESEC Tamoios, sobre a necessidade de solução alternativa da situação conflitiva da área protegida integralmente e a pesca artesanal tradicional das comunidades costeiras de Mambucaba (Angra dos Reis) e Tarituba (Paraty). É necessário a participação da CR8 e da Coordenação de Conflitos/ICMBio-DF;
- Ter suporte da Procuradoria Especializada (PFE/ICMBio) para orientação quando na fase do Pós-Licença do processo de Licenciamento Ambiental houver descumprimento das Condicionantes (Autorização ICMBio) por parte dos empreendimentos.

ANEXOS

ANEXO 1

Atividades SYLVIA CHADA – Período: setembro a dezembro 2011

Ações Internas

2. Programa de Operacionalização

2.1.1. Recursos Humanos

Registrar o retorno da Servidora Sylvia de Souza Chada, matrícula 1366754, analista ambiental, engenheira agrônoma MSc, a partir de setembro de 2011, após 1 ano e 8 meses à serviço da Assessoria Socioambiental da Coordenação Regional 8.

2.1.6. Diárias

Recebidas a partir de setembro de 2011:

Proposto : SYLVIA DE SOUZA CHADA

Número PCDP : 006671/11

Data da Viagem: 08/09/2011

Motivo : Participar de evento de capacitação e reunião ordinária dos Conselhos Consultivos da APA Guapimirim, ESEC Guanabara, PARNASO e APA Petrópolis. (Nacional - A Serviço)

Valor : 177,00

Proposto : SYLVIA DE SOUZA CHADA

Número PCDP : 006984/11

Data da Viagem: 12/10/2011

Motivo : A servidora atuará como moderadora na Assembléia Geral para a formação do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Roraima a ser realizada no dia 14 de outubro de 2011 em Boa Vista-RR. A presença de um moderador na reunião é um fator imprescindível para que o processo de formação do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Roraima seja dotado de imparcialidade e para que este e para que este possa de fato contribuir para o processo de gestão participativa da Unidade. (Nacional - A Serviço)

Valor : 769,46

Proposto : SYLVIA DE SOUZA CHADA

Número PCDP : 007848/11

Data da Viagem: 25/10/2011

Motivo : Participar no Seminário " A arte de fazer perguntas", organizado pela Associação de Pedagogia Social de Base Antroposófica no Brasil, no município de Lagoa Santa/MG, no período de 25/10 à 30/10/11. (Nacional - Treinamento)

Valor : 1.072,23

Proposto : SYLVIA DE SOUZA CHADA

Número PCDP : 008954/11

Data da Viagem: 15/11/2011

Motivo : Participar do Seminário Brasileiro Sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, em Manaus/AM, no período de 16 à 19 de novembro de 2011. (Nacional - Encontro/Seminário)

Valor : 1.286,65

2.1.7. Passagens aéreas

12/10/2011 Rio – Boa Vista – Moderar oficina de formação do Conselho Consultivo da FLONA Roraima.

25/10/2011 Rio – BH – Participar do Curso “A Arte de Fazer perguntas”

15/11/2011 Rio – Manaus - Participar do “V SAPIS – Seminário Áreas Protegidas e Inclusão Social” apresentando o trabalho: “Avançando na Gestão Participativa do SNUC: experiências preliminares para um programa de capacitação dos conselheiros da CR-8/ICMBio”

3. Programa de Pesquisa e Monitoramento

3.1. SISBIO

23 solicitações distribuídas para a CR-8 no período de 01/09/2011 a 31/09/2011, sendo 17 por redistribuição (perda de prazo da UC de primeira instância) e 6 de análise obrigatória pela CR-8, 23 pareceres elaborados e homologados.

Ações Externas

6. Programa de Controle e Proteção Ambiental

6.1. Informações Técnicas Emitidas – Zona de Amortecimento

PELA ESEC TAMOIOS:

Informação Técnica 16/2011, de 19/09/2011, Processo IBAMA 2022.001486/2006-74

Assunto: Relatório da Situação atual da pesca em Paraty

Interessado: Prefeitura Municipal de Paraty

PELA COORDENAÇÃO REGIONAL:

Informação Técnica 02/2011, de 17/05/2011

Processo IBAMA: 02022.000064/2006-81

Assunto: Projeto de Pesquisa “Estudos ecológicos sobre a ictiofauna na baía da Ribeira”, Universidade Santa Úrsula, prof. José Vanderli Andreatta

Interessado: Ouvidoria

Referência: Memo nº 67/2011/OUVIDORIA/ICMBio

Outras Atividades (que não se encaixam no índice do relatório anterior):

1. Referentes ao objetivo estratégico do ICMBio “Consolidar a Gestão Participativa em todos os níveis”

1.1. Formação de Conselhos Gestores de UCs:

- Apoio à formação do Conselho Consultivo da FLONA Roraima, no período de 12 a 15 de outubro de 2011 – moderação de oficina.

1.2. Capacitação de conselhos Gestores de UCs:

Quadro: Oficinas de Capacitação de Conselheiros das UCs da CR-8 realizadas em 2011

Data	UCs envolvidas	Principais Temas e Produtos
03 e 04/12/10 e 25/02/11	PARNA Itatiaia	Plano de Ação para o Conselho.
05 e 06/05/11	PNSB e APA Cairuçu	Habilidades para a Gestão Participativa, Visão de futuro para as UCs, Plano de Ação para os Conselhos.
04 e 05/07/11	APA Mantiqueira	Habilidades para a Gestão Participativa, Plano de Manejo
09 e 10/09/11	APA Guapimirim, ESEC Guanabara, PARNASO e APA Petrópolis	Diagnóstico FOFA e Plano de Ação dos 4 conselhos.
06 e 07/10/11	MONA Cagarras	Nivelamento de informações sobre a UC, sobre Plano de Manejo, troca de experiência com conselheiros de outra UC, diagnóstico FOFA.
08, 09 e 10/12/11	REBIO Tinguá	Diagnóstico FOFA e Plano de Ação do Conselho.

2. Participação em Seminários, congressos e encontros – com apresentação de trabalho:

V SAPIS – Seminário Áreas Protegidas e Inclusão Social, realizado em Manaus no período de 16 a 19 de novembro de 2011, apresentando o trabalho: “Avançando na Gestão Participativa do SNUC: experiências preliminares para um programa de capacitação dos conselheiros da CR-8/ICMBio”

3. Participação em cursos:

Seminário " A arte de fazer perguntas", organizado pela Associação de Pedagogia Social de Base Antroposófica no Brasil, no município de Lagoa Santa/MG, no período de 25/10 à 30/10/11.

ANEXO 2.

Documentos Relativos a Condicionante 2.31 da LP 279/2008

JOC: 0243020



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Parque Nacional da Serra da Bocaina

Memo nº 174/2011/PNSB/ICMBio/RJ-SP

São José do Barreiro, 29 de junho de 2011.

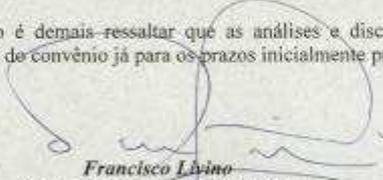
À DIREP
C/C – ESEC TAMOIOS

Assunto: Condicionante Eletronuclear.

Senhor Diretor,

1. Encaminho em anexo o documento recebido por este PNSB assinado pelo Sr. Leonam dos Santos Guimarães, Assistente do Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear, o qual informa quanto aos procedimentos que deverão levar finalmente à assinatura do Termo de Convênio tratado entre a empresa e o ICMBio.
2. O documento, entretanto, em seu parágrafo 8, aponta claramente para o entendimento da empresa de que o compromisso com as unidades se limita ao período de construção da usina (entendimento ressaltado na reunião do dia 02/06 citada no documento), desconsiderando inclusive o tempo já decorrido desde a emissão da LI até a data em que venha a ser assinado o termo.
3. Dessa forma solicito encaminhamento deste à PROGE, acrescentando-o à consulta solicitada pelo Memo nº 118/2011/PNSB/ICMBio/RJ-SP, de modo a subsidiar posicionamento do ICMBio quanto à vigência da condicionante, salientando que no entender desta administração a mesma deverá vigir durante todo o período de funcionamento do empreendimento, segundo proposta do Ministro do Meio Ambiente à época.
4. Cabe ressaltar que caso os investimentos da Eletronuclear sejam finitos em curto prazo o ICMBio herdará custos extras de manutenção e custeio, decorrentes do necessário acréscimo de estrutura nas duas unidades de conservação.
5. Por fim solicito às esferas superiores do Instituto gestão junto ao MMA e IBAMA de modo a garantir a continuidade dos benefícios às unidades afetadas, garantindo-lhes condições adicionais de proteção frente à intensificação das atividades econômicas e de expansão urbana no entorno do empreendimento.
6. Em tempo não é demais ressaltar que as análises e discussões levantadas não deverão interferir na assinatura do convênio já para os prazos inicialmente previstos.

Atenciosamente,



Francisco Lyrio
Chefe do P. N. Serra da Bocaina
Port. 91/2008-ICMBio

ESEC TAMOIOS - ICMBio
RECEBIDO
EM 11 JUL. 2011
ASSINATURA DE

**PARQUE NACIONAL**
SERRA DA BOCAINA
Rua Estadual Francisca Mendes Ribeiro (SP 221), s/n, Centro, São José do Barreiro - SP, CEP: 12830-000
SUB-SEDE SUL: Rua 8, Casa 1, Portal das Artes, Paraty - RJ, CEP: 23970-000
Fones: (12) 3117-2143 / (24) 3371-1400
E-mail: pnsb.rj@icmbio.gov.br
http://www4.icmbio.gov.br/pnma_bocaina/



Eletrobras
Eletronuclear

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2011.
P-200/11

Ilustríssimo Senhor
Francisco Livino
Presidente do Conselho Consultivo
PARNA Serra da Bocaina
Rodovia Estadual Francisca Mendes Ribeiro (SP 221) s/nº
Centro - São José do Barreiro
São Paulo

Assunto: **Ofício Circular nº 002/2011**
Conselho Consultivo do PNSB/ICMBio/RJ-SP

Senhor Presidente,

Em atenção ao seu Ofício em epigrafe datado de 24/05/2011 e recebido nesta empresa em 10/06/2011, incumbiu-me o Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear de encaminhar-lhe os seguintes esclarecimentos:

1. Na Licença Prévia nº 279/2008 do empreendimento Angra 3, o IBAMA determinou na Condicionante 2.31 que "A Eletrobras Eletronuclear deverá assumir os custos de manutenção e custeio da ESEC Tamoios e do Parque Nacional da Bocaina".
2. Entretanto, em 2009, contrapondo-se ao disposto nesta Condicionante, o IBAMA, no Parecer Técnico PT nº 010/2009, no item relativo à avaliação da Condicionante 2.31, informou que "... os representantes das Unidades de Conservação comunicaram que os projetos foram encaminhados para apreciação junto ao Instituto Chico Mendes ..." e destacou que: "... essas implementações e projetos deverão estar contidos no Termo de Compromisso da Compensação Ambiental desse empreendimento (grifo nosso)".
3. Apesar desta disposição, que incluía o objeto da Condicionante 2.31 da Licença Prévia nº 279/2008 (manutenção e custeio) no escopo da Condicionante 2.43 da Licença de instalação nº 591/2009 (Compensação Ambiental), a área de Responsabilidade Socioambiental da Eletrobras Eletronuclear realizou reuniões com os Chefes da ESEC Tamoios e do PARNA Serra da Bocaina, visando a confecção de um Convênio entre a empresa e cada Unidade de Conservação;
4. Em 27/12/2010, a empresa encaminhou ao IBAMA a carta SM.G-637/10 de 27/12/2010, encaminhando a minuta dos Convênios acordados entre a empresa e as Chefias das Unidades de Conservação, informando que:
 - a. Era necessário que o IBAMA ratificasse o entendimento de que a ESEC Tamoios e o PARNA Serra da Bocaina são efetivamente as UC's a serem beneficiadas com os recursos da Compensação Ambiental de Angra 3, bem como, efetuasse o respectivo cálculo;

Rua Iluminação, 65 - Centro - CEP: 20091-906 - Rio de Janeiro - Brasil
DAMI: +55 21 2586-8300 FAX: +55 21 2586-2200

Handwritten signature and stamp: **Handwritten: 28/06/2011**

Pág. 1/2

- b. O Termo de Compromisso relativo à Compensação Ambiental devida pela implantação de Angra 3, objeto da Condicionante 2.43 da L.I., ainda não havia sido firmado com o ICMBio;
 - c. Era solicitado ao IBAMA ratificar o entendimento exposto no PT nº 010/2009 de que as ações relativas à implementação e custeio da ESEC Tamoios e do PN Serra da Bocaina, objeto da Condicionante 2.31 da L.P., estavam efetivamente enquadradas no âmbito da Compensação Ambiental de Angra 3, objeto da Condicionante 2.43 da L.I.;
5. Em reunião com o IBAMA em 09/02/2011 a empresa solicitou uma reanálise do Parecer Técnico PT nº 010/2009 quanto ao seu impacto na Condicionante 2.31 da L.P.;
 6. Pelo Ofício nº 307/2011/CGENE/DILIC – IBAMA de 25/05/2011, o qual encaminhava o Parecer nº 022/2011/COEND/CGENE/DILIC/IBAMA, recebido na empresa em 01/06/2011, este dispõe na sua página 49/51, no item da Condicionante 2.31 da L.P., que *“Entendemos ainda que esta Condicionante não se refere à Compensação Ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985 de 2000, uma vez que a Condicionante da 2.43 da L.I. trata especificamente da Compensação Ambiental prevista na Lei do SNUC.”*
 7. Desta forma, com a reforma do Parecer Técnico PT nº 010/2009 desta conceituação, a empresa ficou liberada para dar continuidade às tratativas referentes a Condicionante 2.31 da L.P.;
 8. A Assessoria de Responsabilidade Socioambiental da empresa, ao receber cópia do ofício do IBAMA descrito no item 6 acima, está realizando uma última análise das minutas preparadas, objetivando confirmar que os prazos de realização das atividades e seus desembolsos estão adequados ao prazo de validade da L.I.

Finalmente, observamos que o exposto acima, de forma mais concisa, foi-lhe informado na reunião ocorrida na sede da Eletrobras Eletronuclear em 02/06/2011 com a área ambiental da empresa.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Leonam dos Santos Guimarães
Assistente do Diretor-Presidente

c.c.: PDG/DT/ARS P/SM.G/GMA.G
Sra. Izabella Teixeira – Ministra do Meio Ambiente
Sr. Curt Trennephol – Presidente do IBAMA
Sr. Rômulo José Fernandes Barreto Melo – Presidente do ICMBio
Sr. Márcio Pereira Zimmermann – Ministério das Minas e Energia / Secretaria Executiva



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – ICMBio

ICMBio/CDoc.



0271411

PARECER Nº 0360/2011/AGU/PGF/PFE-ICMBIO

REF.: Memo nº. 118/2011-PNSB/ICMBio (digital 0250250)
INTERESSADO: Parque Nacional da Serra da Bocaina
ASSUNTO: Validade da condicionante n. 2.31 da LP IBAMA
n. 279/2008 - Eletronuclear

Sr. Procurador-Chefe Nacional,

1. Trata-se de consulta formulada pelo Ilmo. Diretor da DIREP, acerca da validade da condicionante n. 2.31 da Licença Prévia IBAMA n. 279/2008 (doc. 1 anexo), expedida para a construção da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) – Unidade 3, para a geração de energia elétrica, localizada na Praia de Itaorna, em Angra dos Reis/RJ. Assim preceitua a referida condicionante:

“A Eletronuclear deverá assumir os custos de manutenção e custeio da ESEC Tamoios e do Parque Nacional da Bocaina.”

2. Cumulativamente à condicionante acima descrita, a aludida Licença Prévia estabeleceu, na condicionante n. 2.59, obrigação de o empreendedor “assinar até a Licença de Instalação Termo de Compromisso para Compensação Ambiental, a ser definida pela Câmara Federal de Compensação Ambiental segundo a Lei Federal n. 9.985/00 e o Acórdão ADI 3378”.

3. O IBAMA, por meio do Parecer Técnico PT nº. 010/2009, ao avaliar a condicionante 2.31 à ocasião da análise para a emissão da licença de instalação, identificou, conforme transcrito no Ofício SM.G-195/11, da Eletrobrás, que “os representantes das Unidades de Conservação comunicaram que os projetos foram encaminhados para apreciação junto ao Instituto Chico Mendes”, e que “essas implementações e projetos deverão estar contidos no Termo de Compromisso da compensação ambiental desse empreendimento”.

4. Na Licença de Instalação n. 591/2009 (doc. 2 anexo), a condicionante n. 2.31 da LP não foi repetida, constando apenas nova condicionante, sob o n. 2.43, que assim dispôs:

“A compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985/2000 é devida, e os valores serão estabelecidos em ato regulatório próprio, devendo ser firmado termo de compromisso 30 (trinta) dias após a publicação do referido ato.”

5. Segundo narra a empresa, foram dirigidas diversas correspondências ao MMA/Câmara de Compensação e ao IBAMA buscando a definição dos valores e destinação dos recursos de compensação ambiental oriundos de Angra 3.

6. Em paralelo, foi solicitado pela Eletrobrás ao IBAMA que ratificasse o entendimento acerca da interpretação da cláusula 2.31 da LP, considerando que o teor do Parecer Técnico nº. 010/2009 indica que a formalização das obrigações de custeio da ESEC Tamoios e do Parna da Serra da Bocaina e de compensação ambiental do art. 36 do SNUC por meio de termo de compromisso de compensação ambiental, sugerindo fusão das duas condicionantes. Consoante narrado na referida documentação, até hoje o IBAMA não esclareceu a dúvida acerca da cumulação das condicionantes e, em especial, da validade da condicionante 2.31 da LP.

7. Esse contexto de indefinição motivou a elaboração do Memorando Conjunto n. 02/2010 – PNSB/ESEC TAMOIOS/ICMBio/RJ, que, noticiando a sinalização informal de diversas esferas do ICMBio quanto à fragilidade jurídica da condicionante 2.31 da LP, requer posicionamento oficial da DIREP acerca da validade da obrigação de custeio da ESEC Tamoios e Parna da Serra da Bocaina ou, se for o caso, exigir do órgão licenciador a determinação de medidas efetivas de mitigação e compensação às duas UCs pelos impactos gerados pelo empreendimento. Ato contínuo, o Diretor da DIREP encaminhou os autos à PFE/ICMBio para exame jurídico da controvérsia.

8. Relatado o que importa, passo ao opinativo.

9. Inicialmente, é oportuno registrar que, na qualidade de órgão licenciador, acabe ao IBAMA, em última análise, aferir a legalidade das condicionantes que impusera às licenças expedidas e, se for o caso, promover o cancelamento ou retificação das exigências relacionadas ao processo de licenciamento.

10. Assim, sendo o ICMBio beneficiário da condicionante 2.31 da LP, ainda que lhe caiba pronunciar-se acerca da legalidade da exigência de a Eletronuclear assumir os custos de manutenção e custeio da ESEC Tamoios e do Parna Serra da Bocaina, posto estarem as referidas unidades sob sua gestão, a palavra final acerca da legalidade da referida condicionante deverá ser oportunamente dada pelo IBAMA.

11. Pelo teor do Parecer Técnico n. 010/2009, e pela superveniente Licença de Instalação n. 591/2009, o IBAMA sugere uma aglutinação das obrigações consubstanciadas nas condicionantes 2.31 e 2.59 da Licença Prévia n. 279/2008, ao afirmar que as implementações e projetos ligados à ESEC Tamoios e ao Parna da Serra da Bocaina serão incorporados no termo de compromisso para compensação ambiental a ser firmado pela Eletronuclear em relação ao empreendimento Angra 3.

12. Pois bem. Para investigar a possibilidade jurídica de cumulação das duas referidas condicionantes, é necessário se buscar o esclarecimento de alguns elementos jurídicos, especialmente no que tange aos institutos das condicionantes e da compensação ambiental e ao papel do ICMBio no licenciamento.

13. O licenciamento ambiental tem por escopo permitir que o órgão público responsável pela temática, no exercício do poder de polícia preventivo, analise os possíveis impactos ambientais causados por determinado empreendimento ou atividade, a fim de atestar sua viabilidade – caracterizada pela capacidade de suporte sustentável dos danos pelo ambiente.

14. Destarte, definida a viabilidade do empreendimento, compete ao órgão licenciador estabelecer os requisitos que assegurem a compatibilidade da atividade com a sustentabilidade ambiental, por meio da fixação de condicionantes que visem – especialmente – evitar e reduzir os impactos danosos (artigo 8º, incisos I a III, da Resolução Conama nº. 237/97). É nesse sentido o artigo 22 do Decreto nº. 99.274/90, ao regulamentar a previsão do artigo 10 da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, *in verbis*:

“Art. 22. O Ibama, na análise dos projetos submetidos ao seu exame, exigirá, para efeito de aprovação, que sejam adotadas, pelo interessado, medidas capazes de assegurar que as matérias-primas, insumos e bens produzidos tenham padrão de qualidade que *elimine ou reduza*, o efeito poluente derivado de seu emprego e utilização.”

15. A previsão legal, portanto, aponta para a legitimidade do órgão licenciador para estabelecer **condicionantes preventivas**, que busquem eliminar a ocorrência de um dano ou impacto ambiental negativo, e **mitigadoras**, por meio das quais, diante da impossibilidade de se evitar um dano ambiental suportável ambientalmente, sejam adotadas técnicas que diminuam o prejuízo ao ecossistema. Ademais, cabe, ainda, a fixação de medidas de monitoramento e controle, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento das demais condicionantes.

16. Todavia, comumente o órgão ambiental estabelece, em paralelo às condicionantes preventivas, mitigatórias e de controle, **medidas compensatórias** ao dano causado, cujo escopo – como o próprio nome indica – se volta a garantir um benefício ambiental em contrapartida ao dano causado. Sobre o tema, a lição de Édis Milaré e Priscila Santos Artigas¹:

“Embora este estudo se concentre na análise da compensação ambiental criada pela Lei do SNUC, há que se mencionar que normalmente os órgãos ambientais licenciadores impõem, antes mesmo de qualquer investida no meio ambiente, condicionantes de natureza compensatória nas licenças ambientais emitidas. São as chamadas medidas compensatórias, que podem ser assim exemplificadas: o fomento de um programa de educação ambiental; o financiamento de pesquisas científicas; o replantio da mata ciliar de um rio importante para o município e outras muitas.”

¹ MILARÉ, Edis; ARTIGAS, Priscila Santos. Compensação ambiental: questões controvertidas. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, n.º 43, 101/114, jul/set 2006, p. 105.

17. Em que pese ser comum a fixação de medidas compensatórias no bojo do licenciamento, fato é que a própria legislação, para um caso específico, previu a existência de um instrumento de reequilíbrio da situação ambiental, por meio da obrigação de apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral: a chamada compensação ambiental, imposição legal nas hipóteses de licenciamento ambiental de atividades de significativo impacto ambiental, sujeitas a EIA/RIMA.

18. Nessa toada, nas hipóteses em que a legislação impõe o pagamento da compensação ambiental do art. 36 do SNUC², este instituto jurídico será o responsável por estabelecer medidas benéficas ao ambiente, em contraposição ao prejuízo causado. Assim é que, imposta condicionante ao empreendimento de assinatura de termo de compromisso para compensação ambiental fulcrado no art. 36 do SNUC, o estabelecimento cumulativo de outras medidas compensatórias como condicionante do licenciamento acaba ultrapassando o escopo do procedimento, caracterizando "*bis in idem*".

19. Estabelecidas as premissas acima, tem-se que, no licenciamento da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) – Unidade 3, também conhecida como Angra 3, foram estabelecidas duas condicionantes na licença prévia com o objetivo de compensar danos não mitigáveis ao ambiente, quais sejam, as condicionantes 2.31 e 2.53.

20. Consoante pontuado acima, o estabelecimento de medida compensatória no processo de licenciamento ambiental sujeito a EIA/RIMA guarda previsão legal no art. 36 da Lei n. 9.985/2000 - SNUC, cabendo ao empreendedor apoiar a criação ou manutenção de unidade de conservação de proteção integral, em percentual a ser fixado pelo órgão licenciador – no caso, o IBAMA³. É esta a única hipótese legalmente prevista para o estabelecimento de medida de natureza compensatória no processo de licenciamento, não sendo juridicamente possível cumular com nova condicionante compensatória para custeio e manutenção da ESEC Tamoios e do Parna da Serra da Bocaina, por configurar "*bis in idem*".

² Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

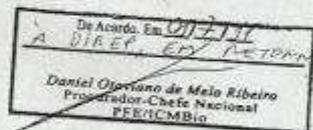
§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo."

³ Neste aspecto, cumpre reforçar a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao §1º do referido art. 36, de modo que a fixação do percentual de compensação ambiental não está adstrito ao percentual mínimo de 0,5% do valor do empreendimento, devendo ser calculado com base no grau de impacto específico da atividade, na forma disposta no Decreto n. 6.848/2009.

21. Este também parece, a meu ver, ser o entendimento do IBAMA quando, ao editar o Parecer Técnico n. 010/2009 e emitir a LI n. 591/2009, sugere a incorporação das obrigações de custeio das duas unidades de conservação de proteção integral no termo de compromisso de compensação ambiental.
22. Assim, sob a ótica do processo de licenciamento ambiental, parece-me que a condicionante 2.31 não guarda consonância com as medidas compensatórias legalmente previstas para empreendimentos desta natureza.
23. Entretanto, não se quer dizer, naturalmente, que este entendimento indique que as duas unidades de conservação fariam desguarnecidas no que se refere aos impactos que lhes são causados pela operação da usina nuclear. Isso porque as unidades, ambas de proteção integral, afetadas pelo empreendimento, deverão ser beneficiadas por meio dos recursos fixados de compensação ambiental, que, considerando o valor do empreendimento (vide informações do empreendimento, doc. 3), deverá ser mais do que suficiente para a compensação dos impactos decorrentes da usina.
24. Em suma, sou da opinião de que não há respaldo legal para a cumulação das medidas compensatórias estabelecidas nas condicionantes n. 2.31 e 2.53 da LP n. 279/2008, por caracterizar exigência em duplicidade. Sendo, assim, a compensação prevista na condicionante 2.53 a única legalmente prevista para empreendimentos desta natureza, à luz do art. 36 da Lei n. 9.985/2000 – SNUC, entendo que cabe ao ICMBio interceder para que as medidas compensatórias por danos não-mitigados causados à ESEC Tamoios e ao Parque Nacional da Serra da Bocaina sejam contempladas mediante a indicação das unidades de conservação como principais destinatárias dos recursos da compensação ambiental do empreendimento, com percentual e forma de aplicação a serem estabelecidos, respectivamente, pelo IBAMA e pela Câmara de Compensação do Ministério do Meio Ambiente, na forma disposta no Decreto n. 6.848/2008.

Brasília, 1º de julho de 2011.

Henrique Varejão de Andrade
Procurador Federal
Coordenador Nacional de Matéria Finalística
PFE/ICMBio



ANEXO 3.

Quadro de Pesquisas Autorizadas na UC

Nº	Pesquisador	Projeto	Instituição	Procedimento ESEC	Autorização	Data de Emissão	Período Validade
10579/1	Alexandre de Freitas Azevedo	Análise de Parâmetros Biológicos de Mamíferos Aquáticos no Litoral do Estado do Rio de Janeiro	UERJ - Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	Parecer homologado	Documento concedido	03/03/2011	Mar/2011 a Fev/2012
25757	Matheus Fortes Santos	Revisão, Filogenia e Biogeografia do clado "Myrcia pulchra Group" (Myrcia s.l., Myrtaceae)	Universidade De São Paulo Instituto De Biociencias	Parecer homologado	Documento concedido	16/03/2011	Mar/2011 a Jul/2014
26348	Paulo Cesar De Paiva	Biodiversidade molecular de populações de invertebrados marinhos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro	UFRJ - Universidade Federal Do Rio De Janeiro	Parecer homologado	Documento concedido	23/03/2011	Mar/2011 a Dez/2012
26475	Gínia César Bontempo	Prevenção De Incêndios Em Unidades De Conservação: Da Formação Da Equipe Técnica Ao Desenvolvimento De Estratégias	UFV - Universidade Federal De Viçosa	Parecer homologado	Documento concedido	19/04/2011	Abr/2011 a Ago/2011
27032	Adriana Conti de Rezende	Análise da representação e representatividade na gestão participativa em unidades de conservação	UFF – Universidade Federal Fluminense	Parecer homologado	Documento concedido	19/04/2011	Abr/2011 a Fev/2012
27035	Angelo da Cunha Pinto	Inventário da Flora Fluminense: estudos interdisciplinares	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Parecer homologado	Documento concedido	25/04/2011	Abr/2011 a Jan/2013
28430	Lorena de Andrade Pinto	Metodologia para avaliação da gestão participativa em unidades de conservação	UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Expirado prazo recebimento	Documento concedido	06/05/2011	Mai/2011 a Jun/2011
29308	Francisco Gerson Araújo	Estrutura e Dinâmica das Assembléias de Peixes Recifais da Baía da Ilha Grande: subsídios para conservação e manejo	UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Parecer homologado	Documento concedido	21/06/2011	Jun/2011 a Dez/2013
30775	Sérgio Luiz Costa Bonecker	Produtividade de Copepoda e sua relação com o Ictioplâncton e o grau de poluição em estuários	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Parecer homologado	Documento concedido	29/08/2011	Jan/2012 a Out/2012
30374	Natalie Villar Freret Meurer	Caracterização do display de solicitação de limpeza da espécie Chelonia mydas nas praias de Araçatiba, Ilha Grande Angra dos Reis, e João	UERJ - Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	Parecer homologado	Documento concedido	31/08/2011	Set/2011 a Jul/2012

Nº	Pesquisador	Projeto	Instituição	Procedimento ESEC	Autorização	Data de Emissão	Período Validade
		Fernandes, Búzios - Rio de Janeiro, Brasil					
28133	Marcos Bastos	Biomonitoramento de fauna e flora de costões rochosos e praias arenosas adjacentes ao Terminal Aquaviário de Angra dos Reis	UERJ - Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	Parecer homologado	Documento concedido	01/09/2011	Out/2011 a Jan/2015
24826/2	Bernardo Nunes Da Silva	Cyclanthaceae do bioma Mata Atlântica: anatomia foliar e taxonomia	Museu Nacional (UFRJ)	Parecer homologado	Documento concedido	09/09/2011 02/12/2010	Dez/2010 a Jul/2012
30610	Juarez Carlos Brito Pezzuti	Abundância, distribuição e crescimento de tartarugas marinhas na baía de Paraty, Rio de Janeiro, Brasil	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Parecer homologado	Documento concedido	27/09/2011	Fev/2012 a Dez/2013
30293	Beatriz Nogueira Torrano da Silva	Algas calcárias da costa brasileira - taxonomia e filogenia	USP – Universidade São Paulo – Instituto de Biociências	Expirado o prazo de emissão de parecer	Documento concedido	14/10/2011 20/12/2011	Out/2011 a 09/2014
29691	Maria Teresa Menezes de Széchy	Comunidades epiliticas fotófilas como indicadores ambientais para a Baía da Ilha Grande, especialmente para a area de influência da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Parecer homologado	Documento concedido	07/11/2011	Nov/2011 a Ago/2015
29316	Etiene Elaine Gomes Clavico	Evolução da Química Defensiva em Invertebrados Marinhos	UFF – Universidade Federal Fluminense	Parecer homologado	Documento concedido	10/11/2011	Nov/2011 a Jun/2014
31367	Maria Beatriz Barbosa de Barros Barreto	Sistemática Molecular De Algas Marinhas Bentônicas: Contribuição Para A Biodiversidade Do Estado Do Rio De Janeiro	UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Parecer homologado	Documento concedido	10/11/2011	Jul/2013
26566	Rosana Beatriz Silveira	Biologia E Cultivo Dos Cavalos-Marinhos (Syngnathidae: Hippocampus) Numa Perspectiva De Conservação Dos Estoques Naturais E Educação Ambiental - Fase II	Laboratório de Aquicultura Marinha-LABAQUAC	Parecer homologado	Documento concedido	11/11/2011	Jan/2013
25088	JÚNIO DAMASCENO DE SOUZA	Conservação de Meros Juvenis (Ephinephelus itajara) em Ecossistemas Estuarinos da Costa Leste do Litoral Brasileiro	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Parecer homologado	Documento concedido	11/11/2011	Dez/2014